

Acervo  
13/8/99  
A1245  
332

DISPUTA POLÍTICA

## São Gabriel dá aula de democracia

As denúncias de irregularidades administrativas contra o prefeito de São Gabriel da Cachoeira (a 855 quilômetros de Manaus), Amilton Gadelha, foram debatidas de forma democrática, ontem, no auditório da Câmara Municipal, por representantes da oposição, do prefeito e de 15 entidades da sociedade civil. O Fórum pela Ética na Política vai trazer o caso para ser analisado pela Ordem dos Advogados do Brasil no Amazonas. O prefeito Gadelha foi afastado do cargo, mas voltou por força de liminar concedida pela Justiça.

PÁGINA A5

Manaus, sexta-feira, 13 de agosto de 1999

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

# Fórum traz o caso para a OAB

Fotos: Alberto César Araújo

O QUE PARECIA DIFÍCIL ACONTECEU NA DISTANTE CIDADE ONDE VEREADORES APRESENTARAM PROVAS CONTRA O PREFEITO E ESTE TEVE QUEM FIZESSE DEFESA DA ADMINISTRAÇÃO

GERSON SEVERO  
 ENVIADO ESPECIAL

**S**ÃO GABRIEL DA CACHOEIRA — Uma aula de democracia marcou ontem o debate entre os vereadores de oposição e os representantes do prefeito de São Gabriel da Cachoeira (a 855 quilômetros de Manaus), Amilton Gadelha (PSDB), no auditório da Câmara Municipal.

Aproximadamente 70 pessoas, representando 16 entidades da sociedade civil, estiveram presentes no encontro, que foi mediado pelo coordenador do Fórum pela Ética na Política, Humberto Guidotti, 57, e o vereador Francisco Praciano (PDT), 47, representando a Câmara Municipal de Manaus. Uma Comissão Processante da Câmara de São Gabriel da Cachoeira já pediu a cassação do mandato de Gadelha por uma série de irregularidades administrativas, mas ele permanece no cargo por força de liminar expedida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador José Baptista Vidal Pessoa.



**SINAL**  
 Gadelha demonstra sua confiança



**DEBATE** Sempre com um exemplar da Constituição Federal à mão, Humberto Guidotti ouve denúncias e recolhe documentos a favor e contra o prefeito

No debate de ontem, que durou quase quatro horas, as duas partes puderam apresentar seus argumentos e pediram aos mediadores que formassem um juízo sobre o caso. "Vamos levar todos os documentos entregues pelas partes e chamaremos a OAB, que faz parte do fórum, para analisá-lo", explicou Guidotti. "Vamos também ouvir técnicos de outras áreas,

como engenheiros do Conselho Regional de Engenharia, para podermos fazer um relatório conclusivo sobre o que vimos aqui", completou Guidotti. Praciano disse que o fato mais importante da visita foi o interesse popular demonstrado ontem. Ele criticou mais uma vez o Poder Judiciário por estar intervindo em funções que considera típicas do

Legislativo. Considerou inadmissível o fato de que todas as Comissões Parlamentares de Inquérito abertas por Câmaras do Amazonas foram, de uma forma ou outra, travadas pela Justiça. "O Judiciário tem de deixar o Legislativo fiscalizar, pois essa é sua função", defendeu.

Praciano defendeu que as Câmaras melhorem seus mecanis-

mos de fiscalização, pois o que acontece hoje não evita o desperdício e o desvio de dinheiro público. "Deixo esse recado a essa Câmara porque em Manaus não sou ouvido. Se melhorarmos a fiscalização não será preciso CPI ou Comissão Processante já que teremos o controle direto da execução do orçamento", disse.

Apesar do clima de confronto e

tensão entre partidários de Gadelha e dos vereadores, não houve confusão e o debate teve alto nível. "Acho que tiramos nota 10 em democracia hoje, falamos para brasileiros que arregaçaram as mangas e vieram aqui saber como andam as coisas em seu município e isso certamente se refletirá na eleição do próximo ano", elogiou Guidotti.

## ATAQUE E DEFESA

A Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira abriu duas CPIs para apurar denúncias contra o prefeito Amilton Gadelha (PSDB). Confira abaixo as irregularidades que teriam sido constatadas pelas comissões e a defesa de Gadelha

### A Acusação

**1** — O relatório da CPI da viagem apontou que o prefeito foi a Itália sem autorização da Câmara. Para justificar, ele enviou um pedido de licença médica no período de 26 de fevereiro a 10 de março de 98. Conforme a CPI, o pedido foi encaminhado quando Gadelha já estava fora do País desde o dia 22 e ainda com sua assinatura falsificada pela própria esposa, Sandra Lia. Nessa viagem teriam sido usadas diárias no valor de R\$ 2,5 mil, solicitadas para uma estada em Brasília.

**2** — A CPI diz que foram desviados recursos do convênio 067/97, firmado com a Superintendência de Saúde do Amazonas (Susam), no valor de R\$ 90 mil, para reforma e ampliação do Centro de Saúde Senador Fábio Lucena. Dois anos depois, a obra não teria sido concluída.

**3** — A CPI sustenta que houve improbidade administrativa na aplicação dos recursos do convênio 088/97, firmado com a Susam, no valor de R\$ 74.900, para a compra de duas unidades móveis fluviais de saúde. Os vereadores anexaram aos autos o relatório elaborado por quatro membros da comissão permanente de tomada de contas especiais à Susam, datado de 2 de junho de 99, em que Amilton é acusado de cometer várias irregularidades burocráticas na execução do convênio. "As irregularidades comprometem a probidade do senhor Amilton Gadelha", escreveram os auditores da comissão.

**4** — A CPI acusa o prefeito de ter desviado 90% dos R\$ 25 mil conseguidos no convênio 137/97, firmado com a extinta Secretaria Estadual de Planejamento, para a expedição de documentos a pessoas que vivem em comunidades afastadas do município. O desvio era feito por intermédio de recibos falsos de viagem a estas comunidades. Um deles foi feito em nome de Marcelo Albuquerque, que já estaria processando a prefeitura pelo uso indevido de seu nome.

**5** — A CPI acusa o prefeito de desviar R\$ 227.080 do convênio 96/97, firmado com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, para auxílio na construção de 10 escolas na zona rural do município. Ele teria construído as escolas com apenas R\$ 97.320, que seria a parte da prefeitura nessa obra.

### A Resposta

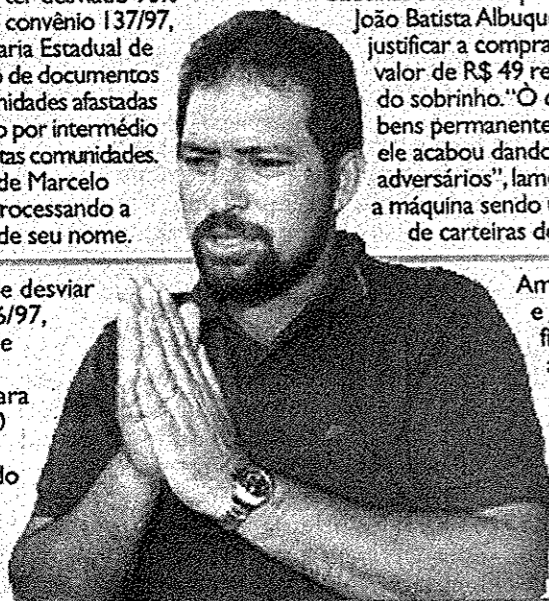
Amilton nega que tenha viajado sem autorização, diz que estava com estresse, diagnosticado pelo médico Luís Cláudio — membro da comissão de ética do CRM — e apenas emendou o feriado do carnaval com o período da licença. Sobre a assinatura falsa, ele afirma que sua mulher realmente assinou o documento, mas argumenta que ela é sua procuradora e a Câmara sabia disso. Sobre as diárias, Gadelha diz que elas foram usadas numa viagem posterior a Brasília.

Amilton afirma que o convênio era apenas para reforma e que ele conseguiu junto ao governador Amazonino Mendes estendê-lo para ampliação. Acontece que após o repasse da segunda parcela (R\$ 27 mil), quando começaria a fase de ampliação, descobriu-se que o prédio não tinha coluna, e por isso não suportaria o aumento previsto em sua estrutura. Por iniciativa da prefeitura, a obra foi embargada e técnicos da Susam chamados. Esses técnicos teriam concluído que é necessário um novo projeto para a ampliação, um novo convênio para terminar o centro. Daí que a terceira parcela (R\$ 24 mil) não foi liberada.

O prefeito argumenta que duas lanchas foram compradas com o dinheiro do convênio e que este foi executado de acordo com a legislação. Ele disse que não conhece o relatório da Susam e que por isso não se pronunciaria sobre o seu conteúdo. "Não posso falar de uma coisa que não vi. Amanhã (hoje) vou a Susam para saber do que se trata", disse Gadelha.

Gadelha reconhece que aconteceu um erro de seu assessor, João Batista Albuquerque, tio de Marcelo, que para justificar a compra de uma máquina fotográfica no valor de R\$ 49 reais usou indevidamente o nome do sobrinho. "O convênio não previa a compra de bens permanentes para tentar resolver a situação, ele acabou dando mais munição aos meus adversários", lamentou Gadelha, que garante estar a máquina sendo usada no trabalho de expedição de carteiras de identidade.

Amilton Gadelha rebate a acusação e garante que possui todas as notas fiscais de compra de material para as obras e as cópias dos cheques pagos com o dinheiro da SAE.



## Dois lados mostram confiança

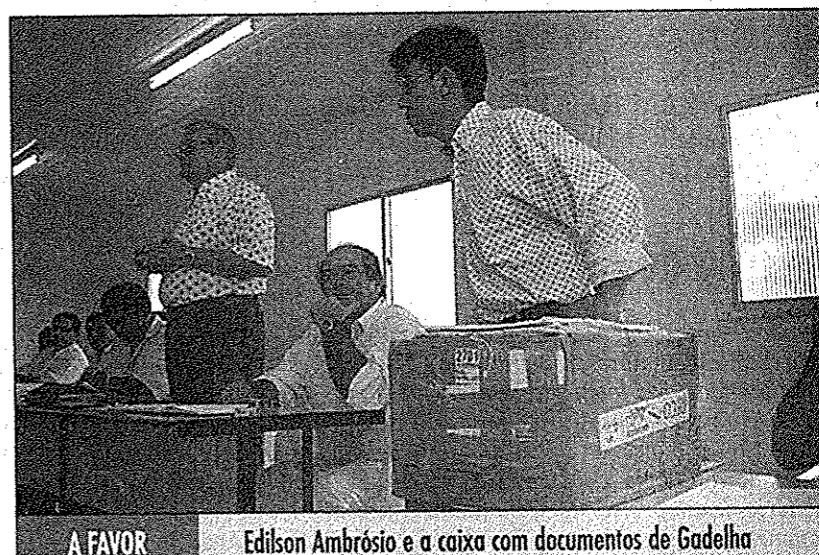
**SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA** — O presidente da Federação das Associações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Pedro Garcia, 37, avaliou que o debate de ontem foi importante porque trouxe uma série de informações novas sobre a briga entre o Legislativo e o prefeito Amilton Gadelha (PSDB), acusado de uma série de irregularidades. "Acho que é dever dos vereadores fiscalizar o prefeito e se tudo foi feito como eles disseram, dentro da lei, e as irregularidades comprovadas, não vejo outra saída senão a cassação", disse.

Para o representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sinasef), Elias Brasileiro de Souza, 35, o debate foi um sucesso devido a participação de um grande número de entidades. "Depois do que foi dito aqui, eu só espero que a sociedade civil organizada aprenda a criar mecanismos eficazes para controlar o setor público. Na minha avaliação, o povo não pode ficar à margem dos processos administrativos que envolvam dinheiro público, ele tem de exercer seu poder", avaliou.

Para o líder do prefeito na Câmara, Edilson Ambrósio Andrade (PSDB), 24, o debate foi mais uma oportunidade que Amilton Gadelha teve para provar, com fatos e documentos, sua inocência e que a Câmara o persegue. "Os fatos verdadeiros provam isso. Não houve desvio de verbas e a Câmara não levantou provas suficientes para cassá-lo", disse o vereador, lembrando que todas as acusações foram rebatidas.

Para a vereadora de oposição Marilene de Andrade França (PPS), 36, a população e as entidades presentes ao debate saíram esclarecidas de que não se quer perseguir o prefeito, mas sim puni-lo por todas as irregularidades cometidas.

"Não sou inimiga dele. Em dois anos de mandato só votei contra dois projetos do Executivo, mas não posso deixar de ser inimiga da corrupção", afirmou. A vereadora disse que pela primeira vez a população teve acesso aos fatos concretos de todo o processo. "Ele comanda a rádio e a televisão daqui e só divulgava o que queria", disse.



**A FAVOR** Edilson Ambrósio e a caixa com documentos de Gadelha

Último vereador a "assumir a causa" da cassação de Gadelha, Álvaro Medeiros (PPS), 37, disse que todo o processo não teve qualquer intenção política. "Análise com cuidado tudo o que foi levantado e conclui que havia falcatura. Ele tem de ser cassado porque o dinheiro público tem de ser respeitado", avaliou.

**"ACHO QUE É DEVER DA CÂMARA FISCALIZAR O PREFEITO"**

PEDRO GARCIA, PRESIDENTE DA FOIRN

### PREFEITO EM MANAUS

Amilton Gadelha não participou da reunião porque tinha agendado uma série de encontros políticos em Manaus. Ele lamentou o fato, mas disse que o trabalho da Câmara é uma perseguição de seus inimigos. "Eles não dizem que tem uma CPI arquivada para investigar o Cardoso (Antônio, vereador e ex-presidente da Casa) pelo prédio novo construído na administração dele", acusou.

O presidente da Câmara, José Ferreira (PPS), negou que exista uma CPI contra Cardoso arquivada na Casa. Surpreso, Cardoso disse que isso é desespero de Gadelha. "Ele vem com essa história desde que começamos a descobrir suas falcaturas. Fiz um prédio de 743 metros quadrados de área cons-

truída com recursos da Câmara, que custou R\$ 184 mil e vale hoje quase R\$ 600 mil", afirmou.

O prefeito reclama que os vereadores estão se antecipando ao trabalho do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que ainda não julgou as prestações de contas dos convênios colocados sob suspeita pelas CPIs. "Prestei contas de 18 convênios e como é que eles podem julgar se o TCE ainda não fez isso?", questionou.

Para provar sua inocência, Gadelha entregou ao coordenador do Fórum pela Ética na Política, Humberto Guidotti, 57, e ao vereador Francisco Praciano (PDT), 47, uma caixa com quase 30 quilos de documentos. "Vamos submeter esses documentos aos técnicos para podermos fazer o relatório que será entregue às partes e a outros organismos, como Ministério Público e TJA", disse Guidotti.

De tudo que foi apresentado pelas partes, Guidotti e Praciano só fizeram comentários a respeito do convênio firmado com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para a construção de 10 escolas na zona rural. "Vamos pedir um laudo técnico do Crea para sabermos se uma escola com apenas uma sala e banheiros pode custar R\$ 35 mil, como foi contratado", ponderou. "É o caso deles levantarem o valor e colocar uns 30% acima para compensar os custos do frete para cá", completou Praciano.